



CARTA ABERTA EM DEFESA DOS NÚCLEOS DE AGROECOLOGIA

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade do mundo, que, no entanto, vem sofrendo intensos impactos oriundos de um modelo de “desenvolvimento”, representado na agricultura pelo agronegócio. A chamada Revolução Verde, impulsionada, mais marcadamente a partir da década de 1970, do século passado, adotou e expandiu um modo de produzir alimentos e commodities, baseado no uso intensivo de insumos químicos, adubos sintéticos e venenos. Essa escolha tem causado graves impactos socioambientais, como a contaminação dos solos e águas, o crescimento do adoecimento de trabalhadoras/es na agricultura e de consumidoras/es de alimentos contaminados.

Sem dúvidas, tais impactos contribuem também para intensificar as evidências das mudanças climáticas, que assolam o planeta e nosso país, em particular. Eventos climáticos “extremos”, como as grandes enchentes registradas recentemente no Rio Grande do Sul, o aumento em potencial das áreas em risco de desertificação no semiárido, ou ainda as secas mais intensas, registradas, seja no Sul ou no Nordeste, fazem parte de um mesmo cenário que requer mudanças globais.

Não por acaso, o Brasil, que abriga em seu território a maior floresta tropical do planeta, nossa Amazônia, e biomas específicos como o pantanal e a caatinga, tenha sido escolhido para sediar, em 2025 a COP-30 da ONU. Um momento decisivo para tomada de decisões políticas e econômicas na busca da mitigação dessa situação dramática.

Esta breve contextualização objetiva demonstrar que o debate em torno das questões ambientais e climáticas no Brasil é urgente, mas também não é recente. Diante desta realidade os Grupos de Estudos que tratam dos temas que fundamentam o conhecimento agroecológico no Brasil, se originaram ainda na década de 1980, com os chamados Grupos de Agricultura Alternativa ou Agricultura Ecológica, como o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) da UFRRJ/Seropédica-RJ e o Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA) da ESAM/Mossoró-RN. Estes grupos auto-organizados a partir da iniciativa de educandas/os e educadoras/es inspiraram a criação de um instrumento de política específico de apoio à constituição e consolidação dos Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs).



Em função das demandas de entidades e organizações dos movimentos orgânico e agroecológico, o governo federal, por meio da Portaria Interministerial MAPA/MEC/MDA/MMA/MCT nº 177, de 30 de junho de 2006, instituiu a Comissão Interministerial com a finalidade de construir, aperfeiçoar e desenvolver políticas públicas para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais.

Foi a partir desse diálogo entre governo e sociedade, em torno desse tema, que em 2010 foi lançado o primeiro Edital Público com a finalidade de apoiar a criação e manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEAs, em Universidades e Institutos Federais, com a premissa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como determinado pela constituição brasileira. Para tal, os NEAs promovem o ensino contextualizado a partir das mais diversas realidades, em que estão inseridos; pesquisam a partir dos princípios da pesquisa-ação e em colaboração com diferentes sujeitos, que constroem conhecimentos agroecológicos e; desenvolvem a extensão a partir dos ensinamentos de Paulo Freire e que é, portanto, dialógica, continuada e territorializada. Os NEAs primam ainda pela interdisciplinaridade e pela parceria e participação em redes territoriais, junto com diversas organizações da sociedade civil e/ou governamentais. Nesse sentido os NEAs se constituem como importantes dispositivos territoriais de fomento à participação social, se configurando como agentes que podem potencializar, a partir de suas ações, já em curso, a execução da Política Nacional de Participação Social.

Já desde 2012, com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), os NEAs foram incorporados nos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPOs), envolvendo, à época, dez ministérios do Governo Federal em sua execução. No período de 2012-2016 o governo federal investiu 42,8 milhões em editais para criação e manutenção de NEAs e Centros Vocacionais



Tecnológicos de Agroecologia e Produção Orgânica (CVTs)¹. Atualmente os NEAs vêm executando algumas políticas públicas pontuais, com enfoque agroecológico, implementadas por ministérios como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre outros.

Cabe destacar que o investimento estatal permitiu a implantação e consolidação de NEAs, com diferentes formatos, em muitas instituições de ensino (de diferentes níveis), de pesquisa (Como, EMBRAPA, por exemplo) e extensão rural (como em empresas estaduais de ATER, a exemplo, do IPA/PE), nos mais diferentes contextos e territórios de todas as regiões do Brasil, possibilitando a criação de novos cenários institucionais e redes sociotécnicas de experimentação, elaboração, co-criação, colaboração, circulação e sistematização de conhecimentos. Dentre os feitos, os NEAs atenderam 60.824 beneficiários diretos, sendo destes 6.372 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Almeida et al, 2017) ².

Os NEAs, a partir de suas práticas têm apoiado/acompanhado diferentes processos de transição agroecológica que vêm acontecendo em assentamentos da reforma agrária, bem como têm construído conhecimentos agroecológicos junto à povos indígenas e comunidades e povos tradicionais, a exemplo de quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, faxinairos e comunidades de fundo de pasto.

Ainda como parte dos feitos, tais núcleos podem potencializar a curricularização da extensão nas Instituições de Ensino Superior que terão que atender a obrigatoriedade de garantir no mínimo 10% de sua carga horária dos cursos de graduação, dedicadas às atividades de extensão universitária/rural. No campo específico do ensino de pós-graduação a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passa a exigir dos programas credenciados à agência maior inserção social.

¹ Para maior aprofundamento sobre esse balanço ver SILVA, Luis Mauro Santos. SOUSA, Romier da Paixão. ASSIS, William dos Santos de. A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. Revista Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017

² Para mais informações veja Almeida et al., 2017. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. IPEA <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8038>.



Nas diferentes realidades onde atuam os NEAs se constituem como este lócus que se consolida como mediador dessa relação entre as instituições e diferentes faces das realidades de nosso país, nos campos, florestas, águas e cidades.

Por compreender a essa importância a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) tem atuado historicamente para potencializar, consolidar, criar e manter os NEAs. Entre outras ações, a ABA realizou, em 2014, amplo processo de sistematização participativa de experiências dos NEAs nas cinco regiões do Brasil e; três Encontros Nacionais de NEAs (2017-Luiziânia; 2019-Aracaju e 2023-Rio de Janeiro), com o objetivo de potencializar a troca de experiências e a construção de projetos coletivos.

Apesar do sucesso inquestionável dos NEAs, as políticas públicas de apoio aos mesmos foram desconstruídas nos últimos anos. Com a posse do terceiro Governo Lula, cresceram as expectativas para a publicação de novos editais e outras políticas públicas direcionadas à estes núcleos. Entretanto, mesmo com a volta da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, que definiu desde a sua primeira reunião, que o lançamento de novos Editais para apoio aos NEAs deveria acontecer antes mesmo do lançamento do PLANAPO 2024-2027, tal ação não se concretizou. Consideramos grave essa situação uma vez que entendemos os NEAs como parte estratégica do PLANAPO e, para além dele, para a construção do conhecimento agroecológico no Brasil.

Apesar de todo esforço realizado pelas entidades da sociedade civil e mesmo de alguns representantes de Ministérios que participaram dos editais anteriores, até o momento, estas expectativas não foram alcançadas. Durante as tratativas da ABA com o Governo Federal, visando a realização XII CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia) no Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2023, onde aconteceria, também, o III Encontro dos NEAs, foi criada a expectativa de que um Edital de apoio aos NEAs seria lançado ainda durante o Congresso.

Para decepção de todos, o edital, para o qual havia uma expectativa de investimento de 50 milhões de reais, não foi lançado. A partir de então outras estratégias de incidência política foram implementadas, buscando superar os gargalos que continuam a surgir, repetidamente, sem que fique claro os motivos que têm impedido a superação dos mesmos.



Se de fato queremos uma transformação ecológica justa e sustentável no Brasil, a promoção da agroecologia e produção orgânica, como enfoques transformadores dos sistemas agroalimentares devem ser de fato assumidas pelo governo federal, como prioridades. Nesse contexto os NEAs são instrumentos de enorme relevância para esse processo de transformação.

Por isso, queremos visibilizar para a sociedade brasileira e para as diferentes instâncias do Governo Federal, a expressividade do serviço público prestados pelos NEAs, no campo do ensino, extensão e pesquisa, centrais para a construção do conhecimento agroecológico em nosso país e é, por isso, que estamos cobrando do Governo Federal o apoio efetivo aos NEAs. Para tanto, registramos isso na forma deste abaixo assinado onde reivindicamos do Governo Lula, a publicação imediata de Edital de Apoio aos NEAs, como parte da construção de um Brasil mais sustentável e em reconstrução.